



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos
Técnico-Administrativos do Quadro Permanente
de Pessoal do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do RN.

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO



EDITAL Nº 7/2023 - RE/IFRN

Caderno de Provas

TAE – CARGO 01
NM

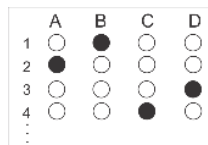
ASSISTENTE DE ALUNO

Edital Nº. 007/2023 – RE/IFRN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Legislação	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

LETRAMENTO ALGORÍTMICO: ENFRENTANDO A SOCIEDADE DA CAIXA PRETA

Mariana Ochs

Nos últimos anos, avançamos bastante no entendimento da necessidade urgente de construir a autonomia dos jovens para que atuem nos ambientes informacionais da sociedade com segurança, ética e responsabilidade. Cada vez mais presente nas normas educacionais, na legislação e em diversos esforços da sociedade civil, a educação midiática apresenta-se como forma mais eficaz e sustentável de lidarmos com desinformação, boatos, discursos de ódio, propaganda e outros fenômenos que podem violar direitos e até desestabilizar a democracia.

Mas, além dos conteúdos que circulam nas mídias, há, também, a parte mais opaca dos ecossistemas de comunicação: os algoritmos que, sujeitos a lógicas e interesses comerciais, personalizam o que vemos a ponto de nos expor a recortes seletivos da realidade, direcionando comportamentos, moldando nossas opiniões de maneira sutil e, por vezes, prejudicial. Esses algoritmos muitas vezes priorizam e reforçam engajamento com conteúdo enviesados, ofensivos ou violentos, podendo, inclusive, empurrar determinados indivíduos mais suscetíveis para ambientes —e ações— extremistas.

Com os ambientes digitais mediando cada vez mais a nossa visão de mundo, enfrentar esses desafios exige olharmos não só para as habilidades de acessar e avaliar mensagens mas também, e cada vez mais, educar os jovens para perceber o funcionamento e os efeitos do próprio ambiente tecnológico. Em tempos de inteligência artificial, em que perguntas humanas podem encontrar respostas incorretas ou enviesadas criadas por sistemas preditivos, a computação precisa urgentemente entrar na pauta da educação midiática.

No entanto, deve ser explorada de forma crítica, para entendermos os seus impactos sobre a justiça social e a democracia—e não apenas como ferramenta de trabalho em uma sociedade digital. A esse novo campo, que expande os limites da educação para a informação e oferece uma ponte entre a computação e a educação midiática, chamamos de "letramento algorítmico crítico".

Hoje vivemos o crescimento exponencial da automação baseada em dados—tecnologias chamadas de algorítmicas ou de inteligência artificial capazes de fazer previsões e tomar decisões a partir dos dados que as alimentam. Esses sistemas operam de forma silenciosa e quase onipresente na vida contemporânea, impactando desde a escolha do vídeo que vai ser apresentado a uma criança no YouTube até o sistema que vai regular sua oferta de emprego ou de crédito quando crescer. É o que vem sendo chamado de "sociedade da caixa preta". Segundo o pesquisador australiano Neil Selwin, nesse modelo, decisões automatizadas, geralmente invisíveis para o usuário comum, moldam seu acesso a direitos, serviços e informação.

Na prática, a educação midiática pode desenvolver as habilidades necessárias para que os jovens sejam capazes de perceber, questionar e influenciar o comportamento dos sistemas tecnológicos. Crianças e jovens devem ser levados a explorar as formas de funcionamento dos algoritmos que moldam os resultados de nossas buscas na internet; podem questionar a ética dos sistemas de previsão e recomendação, ou ainda o design por trás das interfaces das redes sociais que utilizam, incluindo os chamados "dark patterns", que manipulam nossas decisões. Devem estar atentos a dinâmicas que promovem imagens inalcançáveis ou vulnerabilizam determinados grupos. Precisam perceber e questionar exclusões ou vieses refletidos na produção das IAs generativas. Sobretudo, devem entender os mecanismos de engajamento e de atenção que favorecem conteúdos que segregam, ofendem e desestabilizam as comunidades.

Em suma, educar para as novas dinâmicas sociotécnicas implica reconhecer que as tecnologias não são neutras e incorporam valores daqueles que as criam ou programam; que seus efeitos são ecológicos, impactando e redefinindo relações sociais e econômicas; e que, agindo sobre sociedades desiguais, podem amplificar exponencialmente as injustiças sociais e a exclusão.

Nesse novo ambiente, a educação midiática deve ir além de construir as habilidades de acessar, avaliar e criar mensagens, examinando autoria, propósito e contexto; deve abranger também uma compreensão mais profunda da dinâmica complexa, e muitas vezes oculta, entre os indivíduos, as mídias e os sistemas tecnológicos que moldam nosso mundo. Sem a capacidade de identificar e agir sobre esses sistemas, nos tornamos vulneráveis aos efeitos desestabilizadores da desinformação e da polarização, que ameaçam as instituições e a própria paz social, e ao potencial excludente das IAs. É preciso abrir a caixa preta.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2023. (texto adaptado)

01. De forma global, o texto tematiza

- A) o letramento algorítmico como forma de aperfeiçoamento da educação midiática.
- B) o letramento algorítmico como um mecanismo de controle da educação midiática.
- C) a importância da educação midiática para o combate às informações falsas.
- D) a importância da educação midiática para o combate ao discurso de ódio.

02. De acordo com o texto,

- A) a educação midiática é a única forma eficaz e sustentável de se lidar com fenômenos como o discurso de ódio e a desinformação.
- B) os algoritmos sempre contribuem para incentivar engajamentos direcionados a influenciar simpatizantes de atitudes extremistas.
- C) o reconhecimento da não neutralidade das tecnologias é um dos aspectos que contribuem para o letramento algorítmico.
- D) as tecnologias de inteligência artificial agem, na contemporaneidade, de maneira sempre discreta e totalmente onipresente.

03. No sexto parágrafo, a partir do segundo período, o principal recurso coesivo de substituição empregado foi

- A) a retomada por elipse.
- B) a substituição por pronome oblíquo.
- C) a substituição por advérbio.
- D) a retomada por repetição do nome.

04. Sobre as palavras “até” e “inclusive”, empregadas, respectivamente, no primeiro e no segundo parágrafos, é correto afirmar:

- A) ambas são palavras que denotam inclusão e, nesse caso, revelam uma orientação argumentativa que indica o argumento mais fraco.
- B) ambas são palavras que denotam inclusão e, nesse caso, revelam uma orientação argumentativa que indica o argumento mais forte.
- C) “até” denota exclusão e “inclusive” denota limite; ambas revelam uma orientação argumentativa que indica o argumento mais forte.
- D) “até” denota limite e “inclusive” denota explicação; ambas revelam uma orientação argumentativa que indica o argumento mais fraco.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE
EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN

As questões 5, 6 e 7 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Em suma, educar para as novas dinâmicas sociotécnicas implica reconhecer **que** as tecnologias não são neutras e incorporam valores daqueles **que** as criam ou programam; **que** seus efeitos são ecológicos, impactando e redefinindo relações sociais e econômicas; e **que**, agindo sobre sociedades desiguais, podem amplificar exponencialmente as injustiças sociais e a exclusão.

- 05.** Sobre as quatro ocorrências da palavra “que”, é correto afirmar:
- A) na segunda e terceira ocorrência tem-se pronomes relativos; na primeira e na quarta ocorrências tem-se conjunções integrantes.
 - B) na primeira ocorrência tem-se um pronome relativo; na segunda, na terceira e na quarta ocorrências tem-se conjunções integrantes.
 - C) na primeira e terceira ocorrência tem-se pronomes relativos; na segunda e na quarta ocorrências tem-se conjunções integrantes.
 - D) na segunda ocorrência tem-se um pronome relativo; na primeira, na terceira e na quarta ocorrências tem-se conjunções integrantes.
- 06.** A expressão “as tecnologias” é retomada por
- A) um pronome relativo com função de sujeito e por um pronome possessivo.
 - B) um pronome relativo com função de objeto direto e um pronome possessivo.
 - C) um pronome oblíquo com função de objeto direto e por um pronome possessivo.
 - D) um pronome oblíquo com função de objeto indireto e por um pronome possessivo.
- 07.** Sobre a regência do verbo “implicar”, é correto afirmar que,
- A) independentemente do contexto linguístico, a transitividade desse verbo será sempre direta.
 - B) independentemente do contexto linguístico, a transitividade desse verbo será sempre indireta.
 - C) no contexto linguístico apresentado, a transitividade é direta, mas, em outros contextos linguísticos, esse verbo pode apresentar transitividade indireta.
 - D) no contexto linguístico apresentado, a transitividade é indireta, mas, em outros contextos linguísticos, esse verbo pode apresentar transitividade direta.
- 08.** Considerando-se a progressão textual entre os parágrafos, é correto afirmar:
- A) os parágrafos dois e quatro iniciam com elementos linguísticos que sinalizam uma mudança no direcionamento argumentativo em relação aos parágrafos que os antecedem, evidenciando, nos dois casos, relação de contraposição.
 - B) os parágrafos dois e quatro iniciam com elementos linguísticos que sinalizam um acréscimo de argumentos que vão na mesma direção em relação aos parágrafos que os antecedem, evidenciando, nos dois casos, relação de adição.
 - C) o parágrafo quatro inicia com elemento linguístico que sinaliza um acréscimo de argumento que vai na mesma direção em relação ao parágrafo que o antecede, evidenciando, nesse caso, relação de conclusão.
 - D) o parágrafo dois inicia com elemento linguístico que sinaliza uma mudança no direcionamento argumentativo em relação ao parágrafo que o antecede, evidenciando, nesse caso, relação de comparação.

09. Sobre os usos das aspas, no texto, é correto afirmar:

- A) no quinto parágrafo, as aspas indicam que a autora do texto discorda do sentido comum da expressão sinalizada.
- B) no quarto parágrafo, as aspas indicam que a autora do texto usou uma expressão que considerou incomum ao universo verbal dos leitores.
- C) no quarto parágrafo, as aspas indicam que a autora do texto imprimiu um sentido irônico em relação à expressão sinalizada.
- D) no quinto parágrafo, as aspas indicam que a autora do texto se distancia do uso de uma expressão característica do registro informal da língua.

10. No quinto parágrafo, a voz do pesquisador australiano entrecruza-se com a voz da autora sob forma

- A) indireta, em que se parafraseia o discurso do autor citado, e se contrapõe ao posicionamento da autora do texto.
- B) direta, em que se transcreve o discurso do autor citado, e se contrapõe ao posicionamento da autora do texto.
- C) direta, em que se transcreve o discurso do autor citado, e fortalece o posicionamento da autora do texto.
- D) indireta, em que se parafraseia o discurso do autor citado, e fortalece o posicionamento da autora do texto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO

11. O Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990) dispõe a respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Entre outras matérias, o Estatuto versa sobre o Plano de Seguridade Social do servidor federal, compreendendo uma série de benefícios para o servidor e sua família. Consoante às regras previstas na lei em destaque, à família do servidor ativo que for afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, é devido, enquanto perdurar a prisão, auxílio-reclusão no valor de:
- A) Um terço da remuneração.
 - B) Metade da remuneração.
 - C) Dois terços da remuneração.
 - D) Três quartos da remuneração.
12. Ainda nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990), considera-se noturno, para fins de percepção do Adicional Noturno, o serviço prestado pelo servidor em horário compreendido entre
- A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - B) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
 - C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - D) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
13. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo preceitos que reforçam o dever da família e do Estado na concretização desse direito social. Conforme as disposições contidas na lei em destaque, constitui dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos:
- A) 3 anos de idade.
 - B) 4 anos de idade.
 - C) 5 anos de idade.
 - D) 2 anos de idade.
14. Nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, também denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, entre outros princípios, o da transparência, definido como uma garantia, aos titulares, de
- A) exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - B) informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
 - C) realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - D) consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE
EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN

15. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), compreendem as instituições de:
- A) Ensino fundamental mantidas pelo Poder Público municipal.
 - B) Educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
 - C) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
 - D) Educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
16. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, têm como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor e 5 Pró-Reitores. De acordo com as disposições do citado diploma legal, os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
 - B) 2 anos, vedada a recondução.
 - C) 2 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
 - D) 4 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
17. As normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas estão previstas na Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990. Nos termos da normativa em destaque, constitui falta administrativa, punível com a pena de demissão, a bem do serviço público,
- A) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
 - B) Opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
 - C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - D) Manter sob a sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
18. A Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é o diploma que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Consoante às disposições da referida lei, ressalvados os casos de comprovada má-fé, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) 3 anos, contados da data em que foram praticados.
 - B) 5 anos, contados da data em que foram praticados.
 - C) 3 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
 - D) 5 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
19. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (à)
- A) Obras de infraestrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.
 - B) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - C) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - D) Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomático.

- 20.** De acordo com o disposto no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º dessa Lei e, notadamente, a ação de
- A) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
 - B) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
 - C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE DE ALUNO

21. Observe a imagem a seguir e, na sequência, responda à questão proposta.



Figura 01

Em relação às tendências pedagógicas que caracterizam historicamente a educação brasileira, é correto afirmar que a concepção de escola expressa na imagem alinha-se à tendência pedagógica

- A) Libertadora.
 - B) Tradicional.
 - C) Escolanovista.
 - D) Crítico social dos conteúdos.
22. No que diz respeito à Educação, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 a institui como um dever do Estado e da família, definindo, entre suas atribuições para o pleno desenvolvimento da pessoa
- A) o desenvolvimento de competências políticas e pedagógicas.
 - B) o preparo para o exercício da liderança na vida e no trabalho.
 - C) o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
 - D) a preparação para o exercício de profissões inovadoras e a capacidade de discernimento político.

23. Espera-se que os trabalhadores que atuam em instituições dedicadas à Educação Profissional tenham uma compreensão ampliada sobre o conceito de trabalho. Sobre essa afirmação, leia o fragmento de texto a seguir.

“[...] Ao longo do tempo, o ser humano organizou relações sociais de produção da vida que proporcionou o surgimento de diferentes formas de trabalho, por exemplo, o trabalho primitivo, o servil, o escravo e o assalariado. Este último é próprio do modo de produção capitalista”
(RAMOS, 2008, p.32).

Nesse fragmento, sintetiza-se, a partir das contribuições de Karl Marx, uma das dimensões do trabalho, que é a dimensão

- A) histórica, que diz respeito às formas que o trabalho assume ao longo do tempo.
- B) gnosiológica do trabalho, que diz respeito à teoria do conhecimento sobre o trabalho.
- C) ontológica, que diz respeito ao processo criativo de constituição do ser humano em seu intercâmbio com a natureza.
- D) teleológica do trabalho, que diz respeito à capacidade do ser humano de conduzir sua ação guiado por uma intencionalidade.
24. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei N.º 9.394/96), em seu artigo 4º, inciso I, estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita
- A) sem limite de idade, organizada da seguinte forma: a) educação infantil, b) ensino fundamental; e, c) ensino superior.
- B) dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola, b) ensino fundamental; e, c) ensino médio.
- C) dos 4 (quatro) aos 18 (dezoito) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola, b) ensino fundamental; e, c) ensino médio técnico.
- D) dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) educação infantil, b) ensino fundamental; e, c) ensino médio.
25. De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei N.º 9.394/96), em seu artigo 39, parágrafo 2º, a Educação Profissional Tecnológica é uma modalidade da Educação Brasileira que abrange os seguintes cursos:
- A) I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio, III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- B) I – de formação continuada e treinamento profissional; II – de educação profissional em nível de pós-médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- C) I – de formação inicial ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio subsequente; III – de educação profissional tecnológica, engenharias e de mestrado profissional.
- D) I – de treinamento e especializações profissionais; II – de educação profissionalizante de nível médio; III – de educação profissional tecnológica focada em licenciaturas curtas e pós-graduação profissionalizante.

26. De acordo com a Lei N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os Institutos Federais são instituições
- A) de educação básica e profissional, multicurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação técnica e tecnológica, prioritariamente no ensino médio.
 - B) de educação básica e superior, com arranjos curriculares sistêmicos e intercampi, focados na oferta de ensino técnico e tecnológico, em modalidades presenciais ou à distância.
 - C) de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.
 - D) de educação superior, básica, técnica e tecnológica, com currículos multiculturais e descentralização por meio de campus, especializados na oferta de educação profissional, nas diferentes modalidades de ensino.
27. Em relação aos objetivos dos Institutos Federais, entre aqueles instituídos na Lei N.º 11.892/2008, estão ofertar
- A) educação profissional de nível médio e educação superior, qualificando trabalhadores para atuar na indústria e no comércio brasileiro e contribuir para o desenvolvimento econômico e o progresso social e cultura do país.
 - B) educação profissional e tecnológica, nos níveis médio e superior, prioritariamente cursos superiores de tecnologia (CST), formando e qualificando os cidadãos para trabalharem em setores estratégicos da economia brasileira para gerar desenvolvimento local e regional.
 - C) educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
 - D) prioritariamente educação profissional de nível médio, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), visando cumprir o papel social de qualificar os filhos da classe trabalhadora que não tiveram acesso à educação e, dessa forma, gerar o desenvolvimento nacional.
28. Maria da Luz é assistente de aluno no campus do IFRN, em João Câmara. Certo dia, um de seus familiares indagou se ela trabalhava em uma universidade ou em uma escola técnica. A essa indagação, a resposta correta da servidora seria afirmar que os Institutos Federais
- A) possuem uma identidade híbrida e, portanto, devem ser considerados como escolas técnicas superiores, pois priorizam a oferta de cursos superiores de tecnologia (tecnólogos), apesar de ofertarem cursos técnicos não superiores.
 - B) são instituições de nível superior, estruturadas a partir do ensino técnico e da pesquisa aplicada. Estão vinculados às Universidades Federais, com autonomia universitária e estrutura organizacional semelhante, incluindo reitoria e pró-reitorias.
 - C) possuem uma institucionalidade singular e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às universidades federais.
 - D) podem ser considerados escolas técnicas, pois pelo menos cinquenta por cento de suas vagas devem ser destinados à oferta de vagas em cursos técnicos de nível médio. Sendo assim, apesar de também oferecer cursos superiores, o foco é a educação profissional, que são os cursos de qualificação profissional e os cursos técnicos.

29. De acordo com o artigo 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990, entre os aspectos que precisam ser observados para a garantia do direito à profissionalização e à proteção no trabalho para os adolescentes, está
- A) a consideração em relação ao nível de escolarização.
 - B) o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
 - C) a capacitação profissional para o exercício de atividades com foco na criatividade.
 - D) o desenvolvimento da formação profissional no local da prática profissional (estágio).
30. No que diz respeito à garantia de direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, privados de liberdade e egressos do sistema prisional, o Estatuto da Juventude, Lei N.º 12.852, de 05 de agosto de 2013, afirma que os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem atuar
- A) mapeando o quantitativo de jovens privados de liberdade e egressos do sistema prisional e informando ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, para a inserção no CadÚnico.
 - B) formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.
 - C) implementando políticas de reinserção social, alinhado ao plano de geração de emprego e renda do Ministério do Trabalho e Previdência Social, inclusive para incentivar que o cumprimento do regime semiaberto seja implementado pela via do trabalho.
 - D) elaborando e avaliando as políticas de trabalho, educação e cultura, visando ao pleno desenvolvimento dos jovens privados de liberdade ou egressos do sistema prisional, articulando junto ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) o direcionamento de vagas trabalho, visando à reinserção social.
31. O Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução N.º 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29 de outubro de 2010, estabelece como órgãos colegiados, **respectivamente**,
- A) O Colegiado Médio e Superior, na Reitoria, e o Colegiado Técnico, na gestão de cada campus.
 - B) O Colégio Diretor, em nível sistêmico, e o Conselho de Servidores, em nível local de cada unidade.
 - C) O Conselho de Dirigentes, na Administração Central, e o Conselho Escola-Comunidade, nos campi.
 - D) O Conselho Superior, na Administração Geral, e o Conselho Escolar, na administração de cada campus.
32. Uma das principais ideias defendidas na organização pedagógica dos Institutos Federais para promover a formação humana integral dos estudantes é
- A) o trabalho como princípio educativo na organização da Educação Profissional e Tecnológica.
 - B) a qualificação profissional como meio de empoderamento das classes que vivem do trabalho.
 - C) a flexibilização como princípio das práticas formativas na Educação Profissional e Tecnológica.
 - D) o currículo integral como mecanismo de estruturação do Ensino Médio Técnico.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE
EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN

33. Em relação à diferenciação de memorandos, ofícios e avisos, o Manual de Redação do IFRN esclarece que, de acordo com a 3ª Edição do Manual de Redação da Presidência da República,
- A) o memorando passou a ser de uso exclusivo de servidores em cargos elevados, enquanto a utilização do memorando permanece autorizada para uso geral.
 - B) o aviso é um tipo de comunicação que deixou de ter validade oficial, restando, agora, apenas como meio de comunicação institucional, o memorando e o ofício.
 - C) o memorando é utilizado para comunicações internas entre servidores do mesmo setor, enquanto o ofício é utilizado para comunicações institucionais mais gerais.
 - D) o ofício passou a ser adotado como padrão das formas citadas. Isso significa que as distinções foram abolidas, bastando-se apenas utilizar o termo ofício nas comunicações oficiais.
34. Ao levar em consideração o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto N.º 1.171, de 22 de junho de 1994, o assistente de aluno deve ter clareza que
- A) o atendimento dispensado a cada cidadão deve ser baseado na reciprocidade.
 - B) a publicidade de atos administrativos implica em comprometimento ético contra o bem comum.
 - C) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.
 - D) a moralidade da Administração Pública se restringe à distinção entre o bem e o mal.
35. A coordenadora da Secretaria Acadêmica do Campus do IFRN em Currais Novos solicitou ao assistente de alunos Nilo Peçanha que realizasse o agendamento de uma reunião online, utilizando o aplicativo Google Meet. Para realizar tal tarefa, o servidor deverá abrir o Google Meet e clicar em
- A) “criar um link” e, em seguida, definir data, horário e participantes.
 - B) “iniciar uma reunião instantânea” e, depois, em “Inserir no Google Agenda”.
 - C) “programar reunião” e, depois, adicionar a data e o horário da reunião.
 - D) “nova reunião” e, na sequência, selecionar a opção “agendar no Google Agenda”.
36. Ao passar pelas “rosquinhas” (denominação de área de convivência do *Campus* Natal-Central), a assistente de aluno Celeste ouviu uma estudante negra ser ofendida por um de seus colegas que utilizou uma palavra inadequada em razão da cor da pele da jovem. Na condição de educadora e tendo a responsabilidade de garantir que o espaço escolar promova práticas educativas antirracistas, a servidora deveria se aproximar dos estudantes e
- A) orientar a estudante que foi ofendida a fazer uma reclamação na Ouvidora do Governo Federal.
 - B) levá-los até a Direção Geral do campus para que seja providenciada a expulsão do estudante responsável pela ofensa.
 - C) levá-los até a Direção Geral do campus para que seja providenciada a suspensão do estudante que ofendeu a colega.
 - D) dialogar a respeito do ocorrido, dar orientações sobre a existência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus e levá-los até à Equipe Técnico-Pedagógica.

37. No IFRN, defende-se que a Educação Profissional deve ter como objetivo promover a formação humana integral. Este tipo de formação compreende
- A) a filosofia, a política, a técnica e as artes.
 - B) o esporte, as letras, a filosofia e as ciências.
 - C) o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.
 - D) a profissionalização, a pesquisa, o letramento e as artes digitais.
38. Além do Gabinete do Reitor, atualmente o IFRN possui cinco Pró-Reitorias, responsáveis pela gestão sistêmica institucional. São elas:
- A) a Pró-Reitoria de Administração; a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; a Pró-Reitoria de Extensão; a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e a Pró-Reitoria de Administração.
 - B) a Pró-Reitoria de Ensino Técnico; a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Pós-Graduação; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; a Pró-Reitoria de Extensão e a Pró-Reitoria de Administração.
 - C) a Pró-Reitoria de Ensino; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento Institucional e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.
 - D) a Pró-Reitoria de Ensino; a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a Pró-Reitoria de Extensão; a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e a Pró-Reitoria de Administração.
39. Para dar contribuições, por meio de comentários, à minuta de um documento institucional que se encontra no formato do editor de texto *Word*, o assistente de aluno Jeremias, do *Campus* do IFRN, em Caicó, tem como possibilidade:
- A) abrir o documento; clicar em revisão; selecionar a(s) parte(s) do texto que deseja comentar e, em seguida, clicar em “novo comentário” para que se abra a caixa destinada à digitação do comentário.
 - B) importar o documento; clicar em inserir; selecionar a(s) palavra(s) que quer comentar e colocar o cursor em cima para começar a digitar o comentário.
 - C) selecionar o documento; clicar em referências; selecionar o(s) termo(s) que deseja comentar e, depois, ir em “controlar alterações” para digitar o comentário.
 - D) salvar o documento; clicar em exibição; selecionar o(s) texto(s) que quer comentar e, em seguida, clicar em “mapa do documento”; assim serão abertas as caixas para digitação dos comentários.
40. Conforme previsto na Constituição de 1988, o direito à educação deve ser assegurado a todas as pessoas, inclusive àquelas que não tiveram acesso a ela em idade considerada própria. No sentido de garantir tal direito, os Institutos Federais oferecem
- A) o PROTEC (Programa Nacional de Ensino Técnico), que tem por objetivo promover a formação técnica de jovens e adultos e contribuir para elevar sua escolarização.
 - B) o QUALITEC (Programa Nacional de Qualificação Técnica), que tem por objetivo oferecer cursos de qualificação inicial e continuada para jovens e adultos com baixa escolaridade para favorecer-lhes a entrada no mercado de trabalho.
 - C) o QUALIEJA (Programa Nacional de Qualificação de Jovens Adultos na Modalidade de Educação Profissional), que tem por objetivo oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Ensino Médio Técnico (Subsequente) para elevar a escolarização de jovens e adultos.
 - D) o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), que tem por objetivo atender à demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica de forma articulada com a elevação da escolaridade.